

***ALTO SERTÃO
PARTICIPAÇÕES S.A.
E CONTROLADAS***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Alto Sertão Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alto Sertão Participações S.A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativa nºs 1 e 5 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. De acordo com as projeções da administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

Salvador, 4 de março de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” BA



José Luiz Santos Vaz Sampaio

Contador

CRC – BA 015.640/O-3

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado 31/12/14	Controladora 31/12/14	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado 31/12/14	Controladora 31/12/14
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	-	Fornecedores	7	4.072	-
Aplicação financeira	4	215.094	-	Financiamentos	8	94	-
Impostos a recuperar		1	-	Impostos a recolher		234	-
Pagamentos antecipados		396	-	Total dos passivos circulantes		4.400	-
Total dos ativos circulantes		215.501	-	NÃO CIRCULANTES			
NÃO CIRCULANTES				Financiamentos	8	215.000	-
Partes Relacionadas	9	-	36.402	Total dos passivos não circulantes		215.000	-
Investimentos	5	-	10.566	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	6	50.867	-	Capital social	10	12.164	12.164
Total dos ativos não circulantes		50.867	46.968	Prejuízos acumulados		(1.598)	(1.598)
				Recursos para futuro aumento de capital		36.402	36.402
				Total do patrimônio líquido		46.968	46.968
TOTAL DOS ATIVOS				TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		266.368	46.968			266.368	46.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA O PERÍODO DE 1 DE SETEMBRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota	Consolidado	Controladora
	explicativa	1/9 a 31/12/2014	1/9 a 31/12/2014
DESPESAS			
Gerais e administrativas	11	(1.594)	-
Outras despesas	16	(2)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	-	(1.598)
Total		(1.596)	(1.598)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		(1.596)	(1.598)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		9	-
Despesas financeiras		(11)	-
Total	12	(2)	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.598)	(1.598)
Prejuízo por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)		(0,131)	(0,131)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O PERÍODO DE 1 DE SETEMBRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Consolidado</u> <u>1/9 a</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Controladora</u> <u>1/9 a</u> <u>31/12/2014</u>
Prejuízo do período	(1.598)	(1.598)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(1.598)</u>	<u>(1.598)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 1 DE SETEMBRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia em 1 de setembro de 2014					
Aumento de capital	10.2	12.164	-	-	12.164
Recursos para futuro aumento de capital	10.3	-	-	36.402	36.402
Prejuízo do período		-	(1.598)	-	(1.598)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		12.164	(1.598)	36.402	46.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE 1 DE SETEMBRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado 1/9 a 31/12/2014	Controladora 1/9 a 31/12/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(1.598)	(1.598)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Juros sobre aplicações financeiras	12	(9)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	-	1.598
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(1)	-
Pagamentos antecipados		(396)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		234	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.770)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(215.085)	-
Aquisição de imobilizado	6, 15	(34.537)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(249.622)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos para futuro aumento de capital	9	36.402	-
Valores recebidos de financiamentos	8.1	215.000	-
Dividendos a pagar		251.402	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		251.402	-
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	10	-
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alto Sertão Participações S.A. (“Alto Sertão” ou “Companhia” ou Controladora), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 15º andar, foi constituída em 01 de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

Conforme nota explicativa 9, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”).

Atualmente, a Companhia participa nas seguintes sociedades:

	Eólico	Consolidação	% Participação	
			31/12/2014	
			Direta	Indireta
		Integral	100,00	
Diamantina Participações S.A. (Holding)		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Cerrado S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.		Integral na Diamantina		99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.		Integral na Diamantina		99,99

* Informação não auditada pelos auditores independentes.

A holding Diamantina Eólica Participações S.A., é sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica, e está sediada no Estado de São Paulo.

As demais Companhias são sociedades de propósito específico, que tem como objeto social, implantar, operar, explorar bem como comercializar a energia elétrica proveniente de parques eólicos, localizados no Estado da Bahia através da construção e exploração de energia elétrica por fonte eólica.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.1. Reorganização societária

Em 10 de novembro de 2014, a Renova Energia aumentou o capital social de sua controlada Alto Sertão, de R\$100 (cem reais) para R\$12.164, que por sua vez aumentou o capital social da Diamantina Eólica Participações S.A. (“Diamantina”) de R\$100 (cem reais) para R\$12.164, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência de todas as ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas Centrais Eólicas Manineiro, Centrais Eólicas Pau d'Água, Centrais Eólicas São Salvador, Centrais Eólicas Abil, Centrais Eólicas Tabua, Centrais Eólicas Jabuticaba, Centrais Eólicas Vaqueta, Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado, Centrais Eólicas Taboquinha, Centrais Eólicas Acácia, Centrais Eólicas Folha da Serra, Centrais Eólicas Angico, Centrais Eólicas Jataí, Centrais Eólicas Amescla, Centrais Eólicas Imburana Macho, Centrais Eólicas Juazeiro, Centrais Eólicas Facheio, Centrais Eólicas Sabiu, Centrais Eólicas Umbuzeiro, Centrais Eólicas Unha d'Anta, Centrais Eólicas Vellozia, Centrais Eólicas Cedro, Centrais Eólicas Angelim, Centrais Eólicas Barbatimão nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 12.163.708 (doze milhões, cento e sessenta e três mil e setecentas e oito) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Desta forma, a Diamantina passa a deter o controle direto das mencionadas controladas e a Alto Sertão passou a deter o controle indireto sobre elas.

Essa alteração foi necessária devido à estrutura de financiamento para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao LEN 2012 (A-5), LER 2013 e Mercado livre.

1.2. Autorizações

Companhias	Ref. Contrato	Portaria		Prazo da autorização	Capacidade de produção
		MME	Data da portaria		
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012	162	22/05/2013	35 anos	22,40 MW
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.3. Comercialização de energia:

Empresa do grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual Contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Elétricas São Salvador S.A.	LEN 06/2012	Distribuidoras	158.583	89.352	88,68	90,07	jan/17	dez/36	IPCA	janeiro
Centrais Elétricas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	112,05	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	136.979	60.444	113,70	121,11	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Arago S.A.	LER 05/2013	CCEE	75.789	34.164	111,30	118,55	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	175.459	84.972	103,60	110,35	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.011	39.420	104,38	111,18	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	172.488	83.220	103,99	110,76	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	186.909	88.476	105,99	112,89	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.406	64.824	104,80	111,63	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Elétricas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	197.191	93.732	105,55	112,42	set/15	ago/35	IPCA	setembro

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas políticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos, no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nos CPCs, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 04 de março de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota 6); e
- Instrumentos financeiros (nota 14).

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e consolidadas.

2.5.1 Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota 14)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2014 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 4).

b) Financiamentos

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. As controladas da Companhia possuem classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2014 financiamentos (nota 8).

c) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014:

- Fornecedores (nota 7); e
- Financiamentos (nota 8).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

2.5.2 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. As ações preferenciais dão direito de voto restrito e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

2.5.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

2.5.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.5.5 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.7 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.8 Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas Companhias consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

2.6 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2014, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2015 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente; e,
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2014</u>
Caixa	3
Bancos conta movimento	7
Aplicações financeiras	<u>215.094</u>
Total	<u><u>215.104</u></u>
Apresentados como:	
Caixa e equivalentes de caixa	10
Aplicações financeiras	<u>215.094</u>
Total	<u><u>215.104</u></u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 90% até 102% do CDI – Certificado de depósito interbancário.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

5. INVESTIMENTOS

	Participação	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Prejuízo	Equivalência patrimonial
31 de dezembro de 2014						
Diamantina Eólica Participações S.A.	100%	266.368	255.802	10.566	(1.598)	(1.598)
		<u>266.368</u>	<u>255.802</u>	<u>10.566</u>	<u>(1.598)</u>	<u>(1.598)</u>

5.1. Movimentação do investimento

Companhia	31/12/13	Transferência de Controle	Equivalência patrimonial	31/12/14
Diamantina Eólica Participações S.A.	-	12.164	(1.598)	10.566

6. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	Adição	31/12/14
Imobilizado em curso		
Geração		
Terrenos	2.644	2.644
Edificações, obras civis e benfeitorias	241	241
A ratear	11.054	11.054
Aerogeradores	3.076	3.076
Adiantamentos a fornecedores	33.852	33.852
Total imobilizado	<u>50.867</u>	<u>50.867</u>

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a aquisição de equipamentos de subestação, aerogeradores, e gastos com a construção civil dos parques eólicos, que serão unitizados antes da entrada em operação.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

7. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	Consolidado 31/12/14
Fornecedores	4.072

8. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

		Consolidado 31/12/2014	
		Circulante Encargos	Não circulante Principal
Moeda Nacional	Custo da Dívida		
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A")	TJLP + 3,55%	61	140.000
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "b")	TJLP + 2,5%	33	75.000
TOTAL		94	215.000

BNDES (Curto Prazo)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado um contrato de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina no valor total de R\$ 700.000, dividido em dois subcréditos: subcrédito "A" no valor de 140.000 e subcrédito "B" no valor de 560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LEN 2013 e mercado livre. Em 29 de dezembro de 2014 foram liberados R\$ 215.000. Os empréstimos-ponte serão quitados em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito incidirão "A" juros de 3,55% ao ano acima da TJLP. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,50% ao ano mais TJLP.

São garantias do financiamento o penhor de ações da controlada Diamantina Eólica Participações S.A. e das SPEs que a Diamantina detém ações.

Esta operação estabelece que o Índice (patrimônio líquido/ativo total) deve ser igual ou superior a 0,25. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

Movimentação:

	31/12/14
Financiamentos obtidos	215.000
Encargos financeiros capitalizados	94
Saldo final	215.094

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

	<u>Ativo</u>
	<u>31/12/2014</u>
Partes relacionadas	<u>36.402</u>

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se ao reflexo das operações da Companhia com suas controladas, de acordo com seu Estatuto Social.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

A Renova Energia S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$12.164 e está representado por 12.163.708 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia foi constituída em 1º de setembro de 2014.

10.2 Integralização de capital

Em 10 de novembro de 2014, a controladora Alto Sertão autorizou o aumento de capital da Companhia de R\$ 100,00 (cem reais) para R\$ 12.164, mediante a emissão de 12.163.708 (doze milhões, cento e sessenta e três mil, setecentos e oito) novas ações ordinárias sem valor nominal da Companhia através de aporte com investimentos (vide nota 1.1).

10.3 Recursos para futuro aumento de capital

Em 2014 a Renova Energia transferiu para a Companhia o valor total de R\$36.402 a título de recursos para futuro aumento de capital em caráter irrevogável e irretratável e com quantidade fixa de ações a serem adquiridas, nos termos do contrato assinado entre a Companhia e a Alto Sertão. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido.

11. DESPESAS (CONSOLIDADO)

	<u>1/9/14 a</u>
	<u>31/12/2014</u>
Serviços de terceiros	(803)
Aluguéis e arrendamentos	(618)
Viagens	(6)
Material de uso e consumo	(3)
Outras	(164)
Total	<u>(1.594)</u>

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

12. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	1/9 a 31/12/14
Receitas financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	9
Despesas financeiras	
Outras despesas financeiras	(11)
Total	<u>(2)</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CONSOLIDADO)

	1/9 a 31/12/2014
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.596)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>543</u>
<u>Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:</u>	
Prejuízo fiscal e base negativa	(545)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(2)</u>

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladoras mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladoras.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos e financiamentos, os saldos contábeis diferem do valor justo, conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	valor justo	valor contábil
	31/12/14	31/12/14
Ativos financeiros		
Circulante		
Aplicações financeiras	215.094	215.094
Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	4.072	4.072
Financiamentos	94	94
Não circulante		
Financiamentos	215.000	215.000

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado	
	Valor justo	Outros
	através do	ao custo
	resultado	amortizado
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2014</u>		
<u>Ativos financeiros</u>		
Aplicações financeiras	- 215.094	-
<u>Passivos Financeiros</u>		
Fornecedores	- -	4.072
Financiamentos	- -	215.094

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela controlada da Companhia apresentado na nota nº 8 possui como contrapartes o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuía um risco de mercado associado à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos o CDI e IPCA, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2014. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas. A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
<u>Ativo financeiro</u>		
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(2.357)
<u>Passivo financeiro</u>		
Financiamentos		
BNDES	Alto da TJLP	(1.183)

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia e de suas

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

controladas somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro abaixo:

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital (consolidado)

	31/12/14
Financiamento	215.094
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(215.104)
Dívida líquida	(10)
Patrimônio líquido	46.968
Índice de alavancagem financeira - %	-0,02%

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

15. COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Objeto de garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia a Executante Construtor (LEN 2012)	3.144	02/04/2013	01/04/2017	ANEEL
Garantia a Executante Construtor (LEN 2013)	31.750	05/12/2013	01/12/2015	ANEEL
Garantia de Construção (A-5 2013)	64.715	28/04/2014	01/08/2015	ANEEL

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2014, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2014	
	Consolidado	Controladora
Encargos financeiros capitalizados	(94)	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	4.072	-
Recursos para futuro aumento de capital com participação societária	36.402	36.402
Integralização de capital com adição de imobilizado (consolidado) e investimento (controladora).	12.164	12.164